

“A olimpíada traz mais do que só a olimpíada”:

megaeventos esportivos e
direito à moradia no Rio de Janeiro

“The Olympics bring more than just
the Olympics”: sporting mega events
and housing rights in Rio de Janeiro

LETICIA DE LUNA FREIRE

Doutora em Antropologia pela UFF, Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde coordena o Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC), e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (PPGECC/FEBF-UERJ), Pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (InEAC/UFF)
leluna2005@yahoo.com.br

RESUMO: Em geral, a realização dos Jogos Olímpicos na era moderna acarreta transformações na cidade-sede que vão muito além da construção e da reforma de equipamentos para as competições esportivas, consolidando um modelo de empresariamento urbano que, com frequência, aguça desigualdades sociais, prejudicando sobretudo as populações mais pobres. A partir de pesquisa realizada junto ao Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o artigo analisa alguns efeitos colaterais do processo de preparação e realização dos Jogos Olímpicos na cidade, tendo como foco os conflitos e as mobilizações em torno do direito à moradia, em particular na defesa de moradores de uma localidade vizinha à área destinada à construção do Parque Olímpico.

PALAVRAS-CHAVE: História da saúde. Direito fundamental à saúde. Constituição Federal de 1988.

ABSTRACT: In general, hosting the Olympic Games in the modern era entails transformations in the host city that go far beyond the construction and renovation of equipment for sporting competitions, consolidating a model of urban entrepreneurship that often sharpens social inequalities, particularly undermining poorer populations. Based on research conducted on the Rio World Cup and Olympics Popular Committee, the article analyzes some side effects of the preparation and holding of the Olympic Games in the city, focusing on the conflicts and the mobilization around the right to housing, particularly in defense of residents of a settlement next to the area intended for the construction of the Olympic Park.

KEYWORDS: Olympic Games 2016. Rio de Janeiro. Evictions. Right to housing.

Introdução

Uma frase reproduzida ao lado da logomarca da prefeitura do Rio de Janeiro em um tapume colocado à frente do Parque Olímpico, poucos meses antes de sua inauguração, parecia sintetizar uma ideia já consolidada: “A olimpíada traz mais do que só a olimpíada”. Sem dúvida, a realização desse megaevento esportivo internacional acarreta transformações na cidade-sede que vão muito além da construção e da reforma de equipamentos para viabilizar as competições esportivas previstas.

No desafio de “promover a maior mudança social e urbana dos últimos cem anos”¹, o poder público municipal apostava que a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão na cidade incidiria na recuperação de áreas consideradas degradadas, na melhoria da estrutura viária e da rede de transporte e na atração de capitais proporcionada pela exposição mundial. Apesar das intenções da propaganda de aludir aos benefícios diretos e indiretos resultantes dos investimentos necessários à realização do megaevento, diversos estudos (MASCARENHAS, 2016a; 2016b; JÚNIOR; GAFFNEY; RIBEIRO, 2015; VAINER et al, 2016 etc.) convergem em afirmar que este processo consolidou um modelo de empresariamento urbano (HARVEY, 1996), que culminou em impactos sociais nem sempre positivos para a população. Neste artigo, pretendo lançar luz sobre alguns efeitos colaterais desse processo, em particular no que se refere à moradia, um dos direitos sociais preconizados pelo artigo 5º da Constituição Federal.

IMAGEM 1: O tapume em frente ao Parque Olímpico, visto da Avenida Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca.



Foto: Leticia de Luna, fevereiro de 2016.

De acordo com a pesquisa Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010, realizada pela Fundação João Pinheiro, o país carecia, à época, de 6,940 milhões de unidades habitacionais, sendo 85% em área urbana. No estado do Rio de Janeiro, o déficit chegava a 9,8%, somando 515.067 domicílios, sendo 220.774 na capital. A pesquisa apontava ainda o agravamento do problema na cidade do Rio de Janeiro com a ausência de políticas efetivas de habitação e a alta valorização dos imóveis, especialmente em função da especulação imobiliária impulsionada pelos megaeventos esportivos². Em 2015, uma nova pesquisa constatou um déficit habitacional relativo de 6,355 milhões, sendo 460.785 unidades (7,8%) no estado do Rio de Janeiro, dos quais 340.083 unidades na capital fluminense. Ou seja, apesar da redução do déficit nacional e estadual — impulsionado pela criação, em 2009, do programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV) — houve aumento do déficit habitacional na cidade.³

Um levantamento mais recente, realizado pela Fundação Getúlio Vargas e pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, apontou,

porém, que, em 2017, o déficit habitacional no país alcançou o maior nível desde 2007, chegando a 7,77 milhões de unidades⁴. Mesmo com a redução em 11% da habitação precária no país, o déficit habitacional teria se agravado devido à crise econômica e ao gasto excessivo das famílias com aluguel, problema comum em grandes cidades e que o MCMV não teria sido capaz de reverter. Somadas, as famílias que ganham até 3 salários mínimos corresponderiam a 92% do déficit habitacional.

Ainda que este levantamento de 2017 não indique a situação por municípios, a agudização da crise habitacional na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos pode ser entendida, em grande medida, como impacto das duas gestões consecutivas do prefeito Eduardo Paes (2009–2016) justamente no período que compreendeu a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Durante a segunda campanha eleitoral, Paes chegou a se comparar com o ex-prefeito Francisco Pereira Passos (1902–1906), responsável pela maior reforma urbana na cidade, que ficou conhecida, por sua radicalidade, como o “bota-abaixo” (BENCHIMOL, 1992).

Segundo Azevedo e Falhaber (2015), apesar de Paes ter anunciado, em 2010, a meta de urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020, sua gestão foi responsável pelo deslocamento forçado de, pelo menos, 22 mil famílias, a maioria oriunda da região central e das áreas de expansão do mercado imobiliário na Zona Oeste. Para Magalhães (2019), a conjuntura específica da preparação da cidade para os megaeventos esportivos, somada ao debate da “desordem urbana” e a tragédia das chuvas de 2010, que vitimou centenas de pessoas, teriam contribuído para promover uma reatualização das práticas e discursos sobre a remoção das favelas, justificada, desta vez, pela retórica do legado.

Em contraste com o discurso enaltecido dos megaeventos esportivos por parte do poder público e da grande mídia, discursos contestatórios também emergiram com força através de movimentos sociais e organizações internacionais, denunciando violações de diversos direitos humanos. Neste cenário, o Comitê Popular da Copa e da Olimpíada do Rio foi um dos atores locais mais expressivos que questionavam o modelo de cidade em jogo e a forma como vinha afetando as populações mais vulneráveis em nome de um suposto interesse público.

Três anos após os Jogos Olímpicos, busco aqui apresentar elementos de uma etnografia retrospectiva dos conflitos e das mobilizações coletivas suscitados no processo de preparação e realização desse megaevento esportivo, tomando como objeto de análise a atuação do Comitê Popular na defesa

dos direitos dos moradores de assentamentos populares vítimas de remoção forçada. A partir de pesquisa realizada entre 2011 e 2016, durante a qual interagi e participei de muitas ações do grupo, foco na campanha contra as remoções, apontando alguns marcos históricos e políticos que caracterizaram esse processo, sem pretensão de esgotá-lo. Em seguida, analiso em que medida este movimento social, através de um conjunto de ações articuladas, contribuiu para tornar os megaeventos esportivos um problema público e construir outras narrativas sobre a cidade.

O Comitê Popular da Copa e da Olimpíada do Rio

O Comitê Popular é fruto da experiência do Comitê Social do Pan, criado em 2005 por representantes de organizações não governamentais, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupos ligados ao esporte. Durante mais de dois anos, o Comitê Social do Pan atuou na fiscalização dos gastos públicos e na efetivação das metas sociais apresentadas pela prefeitura como legado do megaevento, obtendo vitórias e derrotas. No que tange à questão habitacional, apesar da prefeitura destacar, entre suas metas, a urbanização de 50% das favelas até 2007 e de 100% delas até 2012, na prática acentuou ainda mais o déficit habitacional no período, removendo centenas de moradias nas áreas destinadas à construção do Estádio Olímpico João Havelange e da Vila Pan-Americana.

Quando a cidade foi eleita como sede da Copa do Mundo, alguns integrantes do grupo continuaram a se mobilizar, ajudando a construir a Plenária dos Movimentos Sociais do Rio de Janeiro para promover maior articulação política entre vários movimentos e organizações civis. Em outubro de 2009, com a eleição do Rio também como sede dos Jogos Olímpicos, o debate sobre o futuro da cidade se intensificou, colocando sob outros ângulos as pautas dos movimentos sociais. Da ampliação desse debate surgiu a organização do Fórum Social Urbano, em março de 2010, que teve como um dos resultados a elaboração de uma carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional (COI) assinada por 39 grupos e entidades. Manifestando preocupação com o fato de o Brasil ser marcado por profundas desigualdades sociais, a carta enfatizava a necessidade de haver uma reflexão com a sociedade brasileira sobre quais prioridades deviam ser atendidas “no projeto olímpico para uma cidade como o Rio de Janeiro”⁵. Nesse contexto, formou-se a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo (ANCOP), com o objetivo de

fomentar o debate e as ações de resistência através de comitês locais nas 12 cidades brasileiras onde ocorreriam as partidas, dentre elas o Rio de Janeiro, que depois também sediaria os Jogos Olímpicos. Assim, o Comitê Popular da Copa e da Olimpíada do Rio constituiu-se como um fórum híbrido que buscava “resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos megaeventos”⁶.

De modo geral, pode-se compreender o Comitê Popular como uma “ação concertada”, que remete à tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado pelos indivíduos, que procuram atingir um objetivo compartilhado em contextos de cooperação e de competição com outros coletivos (CEFAÏ, 2007). Para seus integrantes, o comitê definia-se como “um espaço de articulação política”, composto por representantes de movimentos sociais urbanos, organizações não governamentais, sindicatos, mandatos parlamentares, organizações comunitárias, pesquisadores, estudantes e membros da sociedade civil, que passaram a atuar nesse espaço por acreditarem no seu projeto político (TANAKA; COSENTINO, 2014). Após a Copa do Mundo de 2014, os comitês populares foram sendo diluídos, com exceção do comitê carioca, cujo trabalho se tornou mais solitário, mas também mais intenso com a proximidade dos Jogos Olímpicos. Apesar de ser um coletivo relativamente pequeno, o comitê realizava ações (produção de dossiês; organização de debates; protestos etc.) que ecoavam e incomodavam politicamente o governo local, produzindo dissensos no discurso público sobre a aclamada transformação da cidade.

A campanha Rio Sem Remoções: resistir, insurgir, existir

O direito à moradia era uma das principais causas defendidas pelo Comitê Popular, estando em consonância com a luta de muitos movimentos sociais no Brasil e em outros países nos quais vem se impondo um modelo de desenvolvimento neoliberal. Diante desse panorama, a campanha em defesa dos assentamentos populares tornou-se uma das suas principais frentes de ação e foi construída tendo como foco o caso da Vila Autódromo.

Vizinha à área destinada à construção do Parque Olímpico, em região que vem se constituindo, nas últimas décadas, como uma das mais valorizadas na cidade (Barra da Tijuca), a Vila Autódromo foi escolhida como eixo

central da campanha, principalmente pelo fato de já possuir uma história de mobilização reconhecida — iniciada ainda nos anos 1990, e que se fortaleceu após as tentativas de remoção durante os Jogos Pan-Americanos, com a criação de diversas alianças. Outro motivo foi o fato de os moradores terem elaborado um plano de urbanização, que contou com a assessoria técnica de membros de duas universidades federais, como alternativa ao projeto de reassentamento da prefeitura durante a preparação dos Jogos Olímpicos⁷. Se, de um lado, essa mobilização estratégica não foi capaz de, ao final, evitar a remoção violenta de muitas famílias, de outro conseguiu garantir a permanência de uma parcela da população e a urbanização parcial da área⁸.

Tendo naquele momento alcançado visibilidade nacional e internacional, a localidade passou, assim, a ser percebida como um símbolo de resistência por moradores de outros assentamentos populares, por movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e por alguns veículos da mídia. A campanha Rio Sem Remoções nasceu, portanto, da intenção de reforçar essa imagem, tendo como pressuposto a aposta de que a luta da Vila Autódromo, diante de todas as ofensivas, pudesse fortalecer a luta de outras localidades também ameaçadas. Nas palavras de uma integrante do comitê, “se a Vila Autódromo conseguir ficar, todas as outras ficam. Se ela cair, todas as outras caem”.

Aos poucos, a campanha foi se estruturando. A estratégia de partir do local para o global — ou seja, da defesa de uma localidade cuja situação já era conhecida diante das sucessivas ofensivas da prefeitura para então reivindicar a defesa do direito à moradia como um interesse universal — passou a prevalecer na orientação da campanha. Definidas as suas metas, o passo seguinte foi elaborar a sua identidade visual. O slogan “Viva a Vila Autódromo”, seguido da frase “Rio Sem Remoções”, passaria a ser reproduzido em camisetas, folhetos, adesivos e outros materiais de divulgação.

O manifesto criado pela campanha, intitulado “Vila Autódromo: um bairro marcado para viver”, expressaria o acordo que equilibrou as controvérsias manifestadas pelo grupo. Descrevendo as ameaças de remoção sofridas desde os anos 1990, o documento ressaltava que “os moradores aprenderam a resistir, afirmando seu direito à moradia diante do poder do mercado imobiliário aliado aos sucessivos governos”. Lembrava ainda que tal direito é garantido pela Constituição Federal e está expresso na concessão de uso dada pelo Estado aos moradores no final dos anos 1990. Tal estratégia buscava evidenciar a legalidade da ocupação e a luta pela sua urbanização, a fim de contrapor à frequente imagem utilizada para substanciar a remoção,

identificando-os como invasores e esbulhadores do meio ambiente, além de reforçar o fato de ser, conforme o documento, “um dos poucos bairros populares que não está submetido a traficantes ou milícias”. A referência à Vila Autódromo como “bairro” por oposição a “favela” não era aleatória, mas exprimia principalmente a tentativa de se esquivar do estigma de favela.

Diante das escassas condições materiais existentes no Comitê Popular e das dificuldades de penetrar os meios de comunicação de massa, a internet mostrou-se uma ferramenta importante em ações deste tipo, hoje reunidas sob o rótulo de *ciberativismo*. Após as definições do conteúdo da campanha, elaborou-se um sítio eletrônico associado ao portal da ANCOP, contendo, entre outros, o manifesto acoplado à petição pública, um pequeno texto sobre a história da localidade, o documento final do plano de urbanização e relatos de pessoas que apoiavam a campanha. Visando aumentar sua visibilidade e atingir um público mais abrangente, a campanha também foi difundida nas redes sociais, assim como através da impressão de abaixo-assinados, cartazes e camisetas com a logomarca da campanha.

Para além das estratégias visuais e midiáticas, os integrantes do Comitê Popular construíram uma contra-narrativa para justificar a permanência dos moradores na área e buscaram, através dessa campanha, convencer a sociedade a respeito, tentando ampliar o número de aliados e influenciar a opinião pública.

A campanha foi oficialmente lançada em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Na ocasião, por intermédio de um representante do comitê na organização da Cúpula dos Povos⁹, realizou-se um grande ato público na Vila Autódromo, situada a menos de um quilômetro do local da conferência (Riocentro), reunindo cerca de 2.000 ativistas de diversos movimentos sociais, de diferentes regiões do país. Após uma noite de vigília, os manifestantes iniciaram, pela manhã, uma marcha simbólica por toda a localidade e, ao chegarem à avenida que dá acesso ao Riocentro, depararam-se com uma barricada de agentes de segurança equipados com armas de fogo, tanques e cavalos. Este ato fez com que o caso ganhasse repercussão nos principais jornais brasileiros e estrangeiros. No mês seguinte, iniciaram-se as obras do Parque Olímpico — principal justificativa para a remoção da localidade.

Ainda em 2012 ocorreram outras duas oportunidades políticas de se dar destaque à campanha contra as remoções, como a chegada, no dia 13 de agosto, da bandeira olímpica, vinda de Londres, empenhada pelo prefeito Eduardo Paes. O ato bem-humorado consistia em uma encenação na qual

manifestantes travestidos de atletas simulavam a entrega de um “troféu remoção”, confeccionado com restos de tijolos, para o prefeito e, apesar da simplicidade, teve um impacto simbólico considerável. Na mesma semana, integrantes da Associação de Moradores conseguiram agendar uma audiência com o prefeito, na qual o plano de urbanização foi oficialmente apresentado. Apesar da resposta pouco acolhedora do alcaide, conseguiu-se garantir algumas notas na mídia para o fato político.

Três meses depois, durante as eleições municipais, o caso da Vila Autódromo também foi evocado na campanha dos principais candidatos à prefeitura, sobretudo do maior adversário de Eduardo Paes, o então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa Marcelo Freixo, que fazia duras críticas ao autoritarismo e à arbitrariedade das remoções. Ao mesmo tempo, o Comitê Popular aproveitava o momento político favorável para difundir textos e vídeos que evidenciassem a fragilidade dos argumentos utilizados para justificar a remoção da Vila Autódromo, assim como a posição vacilante do prefeito, que ora se comprometia a manter as famílias que assim o desejassem, ora alegava ter que reassentar todas as famílias. Apesar das críticas, Eduardo Paes foi reeleito no primeiro turno das eleições com uma das campanhas mais caras da história da cidade.

O ano de 2013, por sua vez, foi um marco tanto na história do Comitê Popular quanto do Rio de Janeiro e do Brasil por conta da eclosão de grandes manifestações de massa, de norte ao sul do país. Por estas manifestações terem se iniciado no mês de junho, nas cidades de São Paulo e Rio, estendendo-se rapidamente por outras metrópoles e cidades do interior, o fenômeno logo ficou conhecido como “Jornadas de Junho” e passou a contar com amplo apoio da sociedade. “O gigante acordou”, enunciavam, com surpresa, os jornais, referindo-se à ruptura de um certo estado de letargia da população diante dos abusos de que era vítima.

O suposto adormecimento de antes, sem dúvida, não era total, pois estas manifestações — motivadas, no início, pela revolta contra o aumento das tarifas de transporte público — se relacionavam a diversos movimentos preexistentes, o que fez com que as ruas passassem a ser ocupadas por uma pluralidade de grupos sociais, defendendo as causas mais diversas. No Rio de Janeiro, por exemplo, além dos conflitos e resistências envolvendo os processos de remoção forçada, a reestruturação do Complexo Esportivo do Maracanã já gerava protestos à reconfiguração do estádio de futebol (tomado como patrimônio histórico), ao projeto de privatização da sua gestão e à destruição de importantes equipamentos esportivos, tal como vinha sendo

exposto pelo Comitê Popular e outros grupos ligados à campanha “O Maraca é nosso!”, desenvolvida paralelamente à campanha contra as remoções.

O fato de as manifestações terem ocorrido durante a Copa das Confederações, concentrando-se no entorno dos estádios onde se realizavam as partidas de futebol, não foi, todavia, mera coincidência. Segundo a antropóloga Simoni Guedes (2013), no Brasil, o futebol, mais do que um esporte popular, é um ingrediente essencial da produção da identidade e da nação brasileira. Assim, a Copa do Mundo é um dos grandes rituais nacionais nos quais os brasileiros se veem enquanto membros de uma mesma comunidade, podendo se reinventar enquanto tal. Nas manifestações, além da forte presença dos símbolos nacionais, era inegável reconhecer que boa parte das pautas defendidas pelo Comitê Popular — como a crítica aos excessivos gastos públicos vinculados aos megaeventos, à falta de transparência e de participação da sociedade nas decisões — passou a ser compartilhada pela maioria dos manifestantes. Entre a variedade de faixas e cartazes empunhados nas ruas, destacava-se a repetição de frases como: “Queremos saúde e educação padrão FIFA”, “Copa para quem?” e “Não vai ter Copa”. A despeito das distintas interpretações já produzidas sobre esse fenômeno de massa (MARICATO et al, 2013; GOHN, 2014; MELO, 2019 etc.), entendemos que a competição de futebol foi o pano de fundo que lhe conferiu uma possível coesão.

Nesse contexto de efervescência social, o Comitê Popular cresceu e conquistou maior visibilidade e reconhecimento como agente crítico do processo de preparação da cidade para os megaeventos. Se até então o desafio do movimento era atrair um número mínimo de pessoas nos protestos para que estas ações tivessem algum impacto, a partir de 2013 o desafio se inverteu. A repercussão na mídia já era garantida; precisava-se, entretanto, que a sua pauta não fosse engolfada pela diversidade de pautas presentes nas ruas e que os manifestantes (agora milhares) não demonstrassem sua revolta com violência nem fossem vítimas da repressão policial¹⁰.

Ao lado das manifestações nos arredores do estádio do Maracanã, despontava outro tipo de iniciativa: a organização de um torneio de futebol envolvendo equipes de localidades atingidas ou ameaçadas de remoção. Intitulado Copa Popular contra as Remoções, o torneio organizado pelo Comitê Popular pretendia ironizar o caráter elitista e o excessivo entusiasmo em torno da Copa das Confederações, mostrando “os bastidores da festa”. Os jogos ocorreram em um campo bastante desgastado de uma ocupação de sem-tetos na área central da cidade, horas antes do Brasil estrear na Copa

das Confederações, e não tinham objetivo propriamente competitivo, mas de promover a troca de experiências e o fortalecimento da luta contra as remoções. Os jogadores receberam camisetas confeccionadas especialmente para o evento, ilustradas com o Saci (personagem folclórico negro, que possui apenas uma perna) segurando uma bola de futebol, lançado, neste mesmo dia, como mascote popular da Copa, representando, com ironia, todos os excluídos.

É importante mencionar que a Copa das Confederações ocorreu poucos meses antes das eleições presidenciais, o que contribuiu para inserir o megaevento no palco das disputas político-partidárias e para que o clima contestatório fosse explorado pelos opositores do governo. Ainda assim, em outubro de 2013 a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno, após ter que se pronunciar publicamente com relação às manifestações e encerrar uma disputa extremamente acirrada com o candidato Aécio Neves.

No âmbito local, o plano de urbanização da Vila Autódromo recebeu um prêmio do Deutsche Bank no valor de US\$ 80 mil, e um extenso parecer — elaborado por um grupo de trabalho multidisciplinar — apontou ser mais vantajoso, do ponto de vista social, ambiental, político e econômico, urbanizar a localidade, garantindo a permanência das famílias e o acesso aos serviços públicos básicos, do que reassentá-las no conjunto residencial construído pela prefeitura¹¹. Esta avaliação coadunava com a posição do comitê, pois, como ouvi à época de um de seus integrantes, “não basta impedir a remoção; temos que exigir a urbanização da Vila Autódromo”.

Em 2014, as grandes manifestações nas ruas se repetiram, fazendo com que a Copa do Mundo fosse realizada em contexto altamente crítico. Apesar dos fortes esquemas de segurança montados em torno dos estádios e da dura repressão aos manifestantes, o comitê realizou ações públicas significativas, como a Manifest – Território Livre da FIFA, um ato simbólico realizado na praça da Cinelândia, no centro, que ironizava a *Fifa Fan Fest*, o evento oficial da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Além disso, foi organizada naquele ano uma segunda edição da Copa Popular contra as Remoções, desta vez na Zona Norte da cidade.

Na Vila Autódromo, identificou-se, contudo, um acirramento do conflito a partir desse momento. A palavra “pressão” aparecia no discurso de quase todos os moradores. Concretamente, essa pressão se exercia através da presença constante de agentes públicos tentando convencê-los a deixar suas residências e aceitarem a proposta de reassentamento, sob a ameaça de “ficarem sem nada”, mas também da desestruturação das condições

de habitabilidade no local, provocada pelo início das demolições, deixando os escombros na área e tornando o ambiente insalubre e perigoso; nas interrupções de serviços básicos, como o fornecimento de água e energia elétrica; nos impactos na estrutura das residências dos que resistiam, provocados pelas demolições dos imóveis vizinhos etc. Como ressalta Magalhães (2019), a relação do Estado com essas populações nos processos de remoção segue um padrão marcado por rotineiras práticas de exceção, interrompendo o fluxo regular de suas rotinas e colocando-as em situações de incerteza. Para além dos danos físicos que marcaram, em alguns episódios, a remoção, a violência institucional também se efetivava através de mecanismos de humilhação dos moradores (FREIRE; TAFAGKI, 2016).

IMAGEM 2: Pichações nos escombros das residências denunciavam o modo autoritário e desrespeitoso como o processo vinha sendo conduzido.



Foto: Leticia de Luna, agosto de 2015.

Mesmo que as reações da população não fossem uníssonas, a principal consequência disso foi a divisão entre os que desejavam permanecer na localidade cuja história ajudaram a construir e os que desejavam sair diante das dificuldades de viver naquelas condições e de resistir às indenizações

cada vez mais sedutoras. De cerca de 130 famílias ainda residentes, 43 afirmaram naquele momento o desejo de permanecer ali. Quanto mais as pressões aumentavam, mais esse número diminuía.

Com o término da Copa do Mundo e a proximidade da Olimpíada, o Brasil iniciou 2015 em um contexto econômico e político de crise, marcado por corte dos recursos públicos, escândalos de corrupção e tentativas de destituição da Presidenta da República e do Presidente da Câmara dos Deputados. Se de um lado se evidenciava esvaziamento da pauta do Comitê Popular nas ruas, de outro surgiam manifestações de caráter político-partidário, convocadas por grupos que se posicionavam contra e a favor da destituição de Dilma Rousseff. A diversidade de pautas das manifestações de 2013 deu lugar, assim, a uma pauta mais restrita, de oposição binária, e ao acirramento de uma rivalidade evidente nas manifestações de 2015, dividindo-se as ruas entre “coxinhas” e “petralhas”, como passaram a ser chamados, de modo estereotipado, os manifestantes pró e contra o *impeachment*.

Na Vila Autódromo, as desapropriações e ameaças aos que permaneciam no local se tornaram mais intensas e violentas. Em março, a prefeitura publicou três decretos de desapropriação para fim de utilidade pública, atingindo cerca de 50 construções, dentre elas a sede da Associação de Moradores e as residências de duas líderes locais. Com a ausência de projeto oficial para a área e a contestação dos decretos na justiça, moradores mantinham sua resistência, com o apoio da Defensoria Pública e do Comitê Popular. Em junho, porém, um episódio foi especialmente dramático. Com imissão de posse nas mãos, um oficial de justiça foi à localidade, acompanhado de agentes da Guarda Municipal, para tentar desapropriar dois imóveis, ignorando, entretanto, liminar judicial que suspendia a ação. Tal atitude gerou revolta nos moradores, que se posicionaram em frente aos imóveis, impedindo a sua desapropriação, e a situação acabou em confronto, deixando três moradores feridos. Desarmada, a moradora Maria da Penha, de 48 anos, teve o nariz quebrado pelo cassetete de um dos guardas. A covardia da ação foi tão grande que a Anistia Internacional denunciou o uso abusivo da força pelos agentes municipais.

Se a repercussão deste episódio não foi capaz de impedir novas desapropriações, tampouco minou a luta dos poucos habitantes ainda presentes. Ao contrário, fez seus aliados se mobilizarem e proporem uma ação que pudesse fazê-los respirar um pouco diante daquele cenário de guerra. Em agosto, a resistência ganhou novo impulso com a realização do festival Ocupa Vila Autódromo, organizado pelo Comitê Popular, juntamente com diversos ou-

tros coletivos, como um modo de “reafirmar a vida que construíram ao longo dos anos e seu direito a permanecer, evitando nova ação violenta da prefeitura”, conforme divulgado na página do evento no *Facebook*. Com intensa programação de atividades, a iniciativa foi avaliada tão positivamente pelos participantes que a segunda edição do evento ocorreu três meses depois.

Comprimida cada vez mais pelo avanço das obras do Parque Olímpico e encerrando o ano com menos de um terço das famílias na área, a Vila Autódromo, contudo, não se rendeu. Enquanto a Associação de Moradores foi aos poucos deixando de ocupar a centralidade no movimento de resistência — motivada, em parte, pela remoção das moradias de seus representantes — os acontecimentos de 2016 revelariam o surgimento de novos atores locais protagonizando o conflito. E se o apoio jurídico da Defensoria Pública era fundamental para limitar os abusos e arbitrariedades da prefeitura, o apoio político oferecido pelo Comitê Popular e outros movimentos sociais era valioso combustível para os que ainda resistiam.

Em novembro de 2015, o Comitê Popular lançou o seu último Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, intitulado *Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão*. Elaborado com a contribuição de vários de seus apoiadores, o documento reunia novos e atualizados dados sobre violações de direitos, distribuídos em função de muitas temáticas (moradia, mobilidade, trabalho, esporte, meio ambiente etc.). Em relação à moradia, o relatório demonstrava que as remoções vinculadas à Olimpíada prosseguiram “atingindo ou ameaçando milhares de famílias, por meio da coação e da violência institucional, violando gravemente os direitos humanos” (COMITÊ POPULAR, 2015, p. 7).

Embora reconhecesse que as violações do direito à moradia não começaram com os megaeventos esportivos, o documento evidenciava que elas se agravaram neste contexto, convidando a todos “para uma mobilização em torno de um projeto que garanta o respeito aos direitos humanos e promova o direito à cidade, pensando no futuro da cidade para sua população, e não para os poucos dias de jogos da Copa e Olimpíada” (IBIDEM, p. 9). Foi nesse sentido que, na mesma época, começaram a ser realizadas as Plenárias Jogos da Exclusão, espaços abertos à participação e construção coletiva de estratégias de ação e mobilização até o início dos Jogos Olímpicos.

Em março de 2016, quando menos de 10% das construções restavam na localidade, os acontecimentos de uma semana foram particularmente significativos no desdobramento do conflito. Poucos dias depois que a sede da Associação de Moradores foi demolida, no dia 8 de março, Maria da Penha,

moradora que então havia se destacado como uma das lideranças do movimento de resistência, teve sua moradia demolida em menos de 48 horas sob a vigilância de agentes da Guarda Municipal e da Polícia Militar, tendo que transferir todos os pertences de sua família para uma igreja católica local. Horas depois, o prefeito surpreenderia a todos, anunciando uma coletiva de imprensa no Palácio da Cidade, na Zona Sul, para apresentar o “plano de urbanização da Vila Autódromo”. Instigada por grupos de apoio, Maria da Penha seguiu para a porta do Palácio da Cidade, onde concedeu entrevistas para jornalistas, denunciando os abusos cometidos durante anos pela prefeitura na localidade.

Pouco antes de sua coletiva de imprensa, o prefeito anunciou a mudança de local, transferindo-a para a sede da prefeitura, no centro, onde apresentou um projeto de urbanização que contemplava apenas 30 famílias na área. Questionado sobre a desconsideração do plano elaborado pelos moradores e a tardia apresentação do plano oficial, o prefeito alegou que não sabia quantas famílias realmente desejavam permanecer na localidade, deixando jornalistas e moradores perplexos. Em uma exposição de Power-point, apontou que, das 824 famílias da localidade, 275 precisavam ser removidas em função das obras do Parque Olímpico e que, das 549 famílias restantes, 531 teriam “pedido para sair”. Mesmo levando-se em conta o fato de que a população da Vila Autódromo não era homogênea, este número não expressava a realidade, quando muitas famílias, diante do cenário de destruição em que se encontrava a localidade, do desgaste mental e da falta de perspectivas na solução satisfatória do conflito, acabaram cedendo e desistindo de resistir.

No final desse mesmo dia, Maria da Penha seria homenageada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em cerimônia comemorativa pelo Dia Internacional da Mulher, por sua luta contra a remoção da Vila Autódromo. Mesmo abalada pelos acontecimentos do dia, dona Penha, como era mais conhecida, não escondeu sua emoção com a homenagem, diante de um público caloroso e majoritariamente feminino. Entre a tristeza e a alegria, uma nova etapa do conflito se esboçava a partir de então.

A 100 dias para o início dos Jogos Olímpicos, o Comitê Popular começou a realizar uma campanha midiática nas redes sociais. Intitulada “Cem dias sem direitos: contagem regressiva para os jogos da exclusão”, a campanha buscava marcar a posição do coletivo frente à realização deste megaevento na cidade, retomando, em parte, as suas ações ao longo desses anos. A estratégia consistia em publicar diariamente, em sua página no *Facebook*,

a denúncia de uma ação do poder público ligada à Olimpíada em que algum direito da população deixou de ser reconhecido ou respeitado. A primeira postagem referiu-se ao fechamento do Estádio de Atletismo Célio de Barros, que compõe o Complexo Esportivo do Maracanã, deixando dezenas de atletas e jovens aprendizes sem um local adequado para treinar às vésperas da realização do maior evento esportivo mundial na cidade.

No dia 17 de junho de 2016, o governador em exercício Francisco Dornelles decretou estado de calamidade pública no Rio de Janeiro. A grave crise financeira enfrentada pelo Governo do Estado impediria, segundo o decreto nº 45.692, “o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”. A menos de dois meses do início do megavento esportivo na capital, o fato gerou imediata repercussão internacional, deixando o mundo *a par* da situação caótica em que se encontrava um dos maiores centros econômicos do país, naquele momento com servidores públicos de várias categorias em greve. Diversos veículos da mídia nacional e internacional passaram a destacar o contexto de crise econômica e política generalizada no qual se realizaria a Olimpíada no Brasil. Ainda que a própria constitucionalidade do decreto de estado de calamidade pública financeira do Rio de Janeiro fosse questionada por um grupo de parlamentares, por se basear em situação de erro administrativo e “colocar a Olimpíada à frente da população”, conforme denunciou um deputado de oposição, tal contexto já vinha levando diversas categorias profissionais e movimentos sociais às ruas, questionando, no âmbito nacional, o *impeachment* da presidenta e as medidas de austeridade colocadas em curso pelo presidente interino Michel Temer, e, no âmbito regional, a gestão e as prioridades dos gastos públicos pelos governos municipal e estadual.

Em um processo social e político que diferia, em vários aspectos, daquele que deu origem às grandes manifestações populares que tomaram as ruas do país em 2013, alastrando-se até a realização da Copa do Mundo de 2014, a realização dos Jogos Olímpicos não passou, entretanto, despercebida. Em muitas destas manifestações, rapidamente passou-se a utilizar a expressão “calamidade olímpica” para designar a precariedade dos serviços públicos e as ações do Comitê Popular não ficaram fora disso.

Faltando apenas um mês para o início das competições esportivas, a Plenária Jogos da Exclusão, encabeçada pelo Comitê Popular, convocou um ato unificado em frente à ALERJ, no centro da cidade. Resultado das reuniões realizadas ao longo de meses, das quais participaram representantes de diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, mandatos

políticos e grupos sociais atingidos pelas intervenções urbanas relacionadas ao megaevento esportivo, os Jogos Olímpicos passaram a ser cada vez mais designados pelos ativistas como “Jogos da Exclusão”, por ironia a um discurso do então presidente do COI Thomas Bach, no qual afirmou que a Olimpíada do Rio seria “a mais inclusiva da história”.

Às vésperas dos Jogos Olímpicos, em um contexto marcado pela crise econômica e pelo andamento do polêmico processo de *impeachment* da presidenta, o coletivo de movimentos sociais organizou a Jornada de Lutas Contra os Jogos da Exclusão. Realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Centro, a programação compreendia um conjunto de atividades diversificadas (debates, rodas de conversa, apresentações culturais etc.) abertas para membros de organizações sociais e para a sociedade em geral, a fim de discutir temáticas que, de alguma maneira, se cruzavam com o momento vivido, consistindo em um espaço de troca de informações e experiências sobre conflitos e formas de luta na cidade olímpica.

A jornada se encerraria com um ato público no dia 5 de agosto de 2016, horas antes da abertura dos Jogos Olímpicos no estádio do Maracanã. Dada a proximidade da etapa final do julgamento do *impeachment* da presidenta, havia muitas manifestações políticas convocadas para o mesmo dia, e o grande dilema então enfrentado pelos integrantes da Plenária Jogos da Exclusão era se mantinham o ato convocado para a tarde na Praça Saens Peña, próximo ao estádio, correndo o risco de ter pouca adesão, ou se aglutinavam forças, propondo unificar os atos, mesmo sob o risco de ter a pauta relativa aos Jogos Olímpicos no Rio engolida pelas questões políticas em nível nacional. Tomar uma decisão sobre isso não foi tarefa fácil por parte dos integrantes do Comitê Popular, cuja maioria também se posicionava contra o *impeachment*, mas reconhecia que uma parcela das suas críticas tinha origem em ações cometidas pelo governo federal, como o sancionamento da Lei Geral da Copa, que previa uma série de medidas excepcionais durante o período da realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. A despeito dos diferentes engajamentos político-partidários, na visão deles, ser contra o *impeachment* não implicava ser a favor das ações do governo, e a defesa da democracia e dos direitos humanos era a pauta básica defendida pelo grupo.

Tendo em vista a dificuldade de negociação com os grupos que estavam à frente da organização do outro ato, convocado por movimentos nacionais de esquerda para a parte da manhã na praia de Copacabana, optou-se por manter o ato às 17 horas na Praça Saens Peña, com uma proposta

semelhante à realizada durante a Copa do Mundo. Vários dos integrantes do Comitê Popular participaram, inclusive, dos dois atos no dia, levando igualmente bandeiras e faixas com frases contra os “Jogos da Exclusão” também para Copacabana. Reunindo cerca de 500 pessoas, o ato “Rio 2016: os Jogos da Exclusão”, com concentração na Praça Saens Peña, foi marcado pela presença de muitos apoiadores e estudantes, que marcharam cerca de 1,5 km até a Praça Afonso Pena, no mesmo bairro da Tijuca, entoando palavras de ordem e distribuindo adesivos e jornais produzidos para a jornada de lutas, denunciando as violações de direitos cometidas no processo de preparação da cidade para o megaevento. Tal como durante a Copa do Mundo, a grande pergunta, evocada em faixas e cartazes, era sobre quem, de fato, se beneficiava com a Olimpíada, tendo em vista que os grandes investimentos realizados com recursos públicos ainda não repercutiam em melhoria significativa dos serviços públicos prestados à população.

No dia da abertura da Olimpíada, a última postagem da campanha “Cem dias sem Direitos” foi dedicada à Vila Autódromo, elaborando um belo resumo da sua resistência histórica e apresentando a permanência das vinte famílias como uma vitória de sua luta:

A Vila Autódromo é um marco da resistência popular contra as violações dos direitos humanos no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio. As Olimpíadas foram usadas como desculpa pela Prefeitura do Rio de Janeiro para abrir uma guerra contra seus moradores que, cientes de seus direitos, buscaram apoio em movimentos sociais, na Defensoria Pública do Estado e em universidades. A Prefeitura apresentou 9 argumentos diferentes para tentar justificar a remoção desnecessária de 600 famílias. A remoção, porém, tinha uma justificativa maior: a limpeza social da área que após os jogos será destinada à construção de apartamentos de alto padrão. Os moradores não aceitaram perder suas casas e elaboraram seu plano popular, que demonstrava a possibilidade de permanência de todas as famílias, e a continuidade da construção das instalações para as Olimpíadas. A Prefeitura conseguiu minar a resistência dos moradores, usando diversos artifícios, desde mentiras, intimidações, negociações individuais e violência. A remoção começou em março de 2014, com a mudança de cerca de 200 famílias para o conjunto Parque Carioca. Depois começaram as negociações individuais e as ameaças: quem não negociasse, poderia ficar sem nada. Ainda enfrentando muita resistência, a Prefeitura então publicou decretos de desapropriação, atin-

gindo várias casas, entre elas as de lideranças como Altair Guimarães, Jane Nascimento e Maria da Penha Macena. No início de 2016 restavam menos de 50 famílias na comunidade. Mesmo assim, as poucas famílias resistiam, e não abriam mão de seus direitos, e de sua comunidade. No dia 08 de março, dia da demolição da casa da Dona Penha, o prefeito Eduardo Paes anunciou à imprensa, sem chamar os moradores, seu projeto para a Vila Autódromo. Somente dua-s semanas depois os moradores foram informados sobre o plano apresentado à imprensa. As 20 casas, de 55 metros quadrados, em pequenos lotes, foram construídas e entregues a poucos dias das Olimpíadas. As 20 famílias que resistiram foram vitoriosas em uma luta dura e desigual, contra a Prefeitura e grandes interesses do mercado imobiliário. A Vila Autódromo Vive, e com orgulho mostra que sua história não será apagada. (PÁGINA DO COMITÊ POPULAR DA COPA E DA OLIMPÍADA DO RIO NO FACEBOOK, 05/08/16).

Às vésperas do início dos Jogos Olímpicos, a euforia que contagiou os cariocas em outubro de 2009 não era definitivamente a mesma e muitos manifestavam desconfiança em relação ao projeto olímpico. Durante as competições, a cidade teve sua rotina alterada, com mudanças no trânsito, escolas e universidades declarando férias fora do período habitual e decretação de feriados municipais excepcionais em dias de maior movimentação por conta da abertura e do encerramento do megaevento. Conforme analisamos anteriormente (GONÇALVES; FREIRE; BAUTES, 2016), o objetivo destas ações, além de garantir o funcionamento adequado da infraestrutura, foi retirar temporariamente uma parte de seus habitantes da cidade, limitando sua capacidade de interferir na realização do megaevento, o que, por sua vez, também se refletiu no déficit de espectadores nas competições. Apesar disso, com exceção de alguns poucos incidentes, os organizadores foram tranquilizados pelo bom andamento do evento e expressaram amplamente sua satisfação no discurso de encerramento.

Paralelamente às competições esportivas, as ações do Comitê Popular seguiram através de panfletagem e pequenos atos de protesto nos arredores do estádio do Maracanã e do Parque Olímpico, alcançando alguma repercussão na mídia, principalmente entre os jornalistas estrangeiros. Na grande mídia brasileira, a tônica era o caráter festivo do megaevento e muito pouco se falou sobre estas ações contestatórias.

Com o encerramento dos Jogos Olímpicos, o mês de agosto terminou com uma sensação de ressaca, seguida pela aprovação do impeachment

da presidenta, afastando-a definitivamente do cargo e aprofundando ainda mais a crise política no país. No Comitê Popular, o momento era de aguda reflexão. Era hora de fazer um balanço de sua trajetória e de suas ações, pensando os fracassos e as conquistas realizadas no percurso. Teria sua missão chegado ao fim, com o término do ciclo de megaeventos internacionais, ou novos desafios se colocariam no processo de construção de uma cidade mais justa e democrática? Passadas algumas semanas, uma parte do grupo considerou que não havia mais razões para o comitê existir; outra parte decidiu manter-se reunida diante da persistência das violações de direitos.

Entre a cidade real e a cidade desejada: o legado da luta

Um ano depois da Olimpíada, o questionamento sobre o legado olímpico tornou-se inevitável no noticiário local e nacional. Sem avanços evidentes mesmo no incentivo ao esporte, o Rio de Janeiro acumulava, em 2017, dívidas anuais da ordem de R\$ 45 milhões, obras inacabadas, instalações subutilizadas e milhares de famílias removidas tentando se reerguer. Paralelamente, muito do que o Comitê Popular e outras organizações sociais já denunciavam começou a vir à tona, como denúncias de corrupção envolvendo políticos, empreiteiros e até o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, acusado de fazer parte de um esquema de compra de votos na escolha da cidade como sede da edição de 2016.

Em uma análise mais ampla, pode-se dizer que, malgrado as idiosincrasias locais, boa parte disso fez parte da experiência moderna de sediar um megaevento esportivo deste tipo. Conforme chama a atenção Mascarenhas e Dias (2018), o interesse dos governos pela promoção de megaeventos esportivos não decorre apenas da necessidade de projeção global num contexto de “guerra dos lugares”, mas também da articulação local de interesses do setor imobiliário e das grandes empreiteiras. Desse modo, a partir de 1980, cada olimpíada tem implicado uma rodada de grandes intervenções no espaço urbano, incidindo na valorização da terra e em processos de gentrificação.

Remoções, especulação imobiliária e endividamento público também fizeram parte, por exemplo, do legado da Copa do Mundo de 2010, na África do Sul (COTTLE, 2011), e da experiência dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona — apontada como modelo a ser seguido por aqui — onde a produção da cidade-espetáculo, idealizada como perfeita, colidiu fortemente

com a complexidade da cidade real, expulsando grande parte de sua população para as periferias e fazendo de Barcelona “uma cidade para poucos” (DELGADO, 2007)¹². Nada de novo *no front*, portanto, aos olhos dos pesquisadores e dos incansáveis militantes. Tanto lá quanto cá, porém, o processo não se deu sem resistências e insurgências, o que tem contribuído para a redução cada vez maior do número de cidades que se candidatam a sediar tais megaeventos e para os esforços do COI em conter o crescimento da “consciência antiolímpica” (MASCARENHAS, 2016a).

No Rio de Janeiro, o caso da Vila Autódromo tornou-se emblemático do confronto de interesses envolvidos na construção da cidade olímpica. Ao criticar as ações da prefeitura e fortalecer essa localidade como um símbolo de resistência não só às remoções, mas a um projeto de cidade excludente, o Comitê Popular contribuiu para instaurar controvérsias onde aparentemente predominava consenso. Ao dar visibilidade às desigualdades, aos abusos e às injustiças cometidos pelo poder público, atuou como voz dissonante, trazendo a questão habitacional para o debate cotidiano, disputando táticas argumentativas na definição do problema, atribuindo causalidades e responsabilidades, mas também julgamentos morais sobre o mesmo, contribuindo, assim, para que o drama social enfrentado pelos moradores dos assentamentos populares se configurasse como problema público (GUSFIELD, 2009).

A defesa do direito à moradia não era certamente pauta exclusiva do Comitê Popular. Se podemos considerar que houve algum êxito no seu empreendimento, este não residiu, porém, em uma utópica inversão de forças, mas na conquista de alguma autoridade que lhe permitiu descrever e intervir (ainda que modestamente) na realidade, ao lado dos moradores da Vila Autódromo e de outras tantas localidades afetadas. Se for possível falar de um legado de sua luta, este consistiu, acima de tudo, em produzir fissuras num discurso homogeneizante e permitir vislumbrar (e desejar) uma cidade para todos, ainda que os desdobramentos da situação política, após as eleições municipais de 2016 e a eleição presidencial de 2018, também não sejam animadores.¹³

Notas

1 Mais informações disponíveis em: www.cidadeolimpica.com. Acesso em: 16 fev. 2016.

2 Cabe notar que a eleição para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 ocorreu em outubro de 2009 e que, em 2007 — ano em que sediou os Jogos Panamericanos — a cidade já havia sido eleita sede da Copa do Mundo de 2014.

3 Tanto a pesquisa de 2010 quanto a de 2015 encontram-se disponíveis em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/12742-deficit-habitacional-no-brasil-3>. Acesso em: 10 set. 2019.

4 Déficit habitacional e população de rua crescentes desafiam nova gestão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/deficit-habitacional-e-populacao-de-rua-crescentes-desafiam-nova-gestao.shtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

5 O Fórum Social Urbano foi organizado por integrantes de movimentos sociais como resistência e crítica ao Fórum Social Mundial, que teria se mostrado incapaz de superar a lógica liberal que aprofunda as desigualdades sociais e ambientais das cidades.

6 Trecho destacado disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

7 Sobre esta experiência do plano popular, ver: Tanaka et al. (2018).

8 Para mais detalhes sobre o conflito envolvendo a Vila Autódromo, ver: Freire (2013), Freire (2016a), Freire (2016b), Freire; Tafakgi (2016), Oliveira; Tanaka; Bienenstein (2016) e Münch (2017).

9 Evento organizado pela sociedade civil global, paralelamente à conferência da ONU, para se debater as implicações e os efeitos da chamada “economia verde”.

10 Para neutralizar os efeitos do gás lacrimogêneo e do spray de pimenta, utilizados pelos agentes de segurança pública, protestantes levavam vinagre para os protestos, o que fez com que as manifestações ficassem também conhecidas como “a revolta do vinagre”.

11 Sobre as conclusões deste grupo de trabalho, do qual participei como

membro da Associação Brasileira de Antropologia, junto com representantes de outras organizações profissionais, acadêmicas e sindicais, ver Freire (2016a) e Freire; Tafakgi (2016).

12 Sobre as experiências de Barcelona e do Rio de Janeiro, ver o livro organizado por Cunha et al. (2016). Para um panorama mais amplo, abrangendo diversos países, ver os dossiês organizados por Damo e Oliven (2013) e Mascarenhas (2016b).

13 Refiro-me aqui especificamente à ausência de propostas habitacionais e medidas para a redução das desigualdades sociais no plano de governo do presidente eleito de extrema direita Jair Bolsonaro, e à continuidade, ainda que de maneira mais tímida, da política de remoções por parte do prefeito Marcelo Crivella. Contudo, uma adequada análise da conjuntura atual ultrapassa os propósitos e limites deste artigo.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Lena; FALHABER, Lucas.
SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
 BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos:** um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
 CEFAÏ, Daniel. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Découverte, M.A.U.S.S., 2007.
 COMITÉ POPULAR DA COPA E DA OLIMPÍADA DO RIO. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. **“Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão”**, novembro de 2015.
 COTTLE, Edie (Org.). **South Africa's World Coup.** A legacy for whom? Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press, 2011.
 CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs.). **Antropologia do Conflito Urbano:** Conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

- DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George (Orgs.). Dossiê Megaeventos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul./dez. 2013.
- DELGADO, Manuel Ruiz. **La ciudad mentirosa**. Fraude y miseria del "modelo Barcelona". Madrid: La Catarata, 2007.
- FREIRE, Leticia de Luna; TAFACKI, Mariana. O que está em jogo na "cidade olímpica"? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs.). **Antropologia do Conflito Urbano**: Conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 51-74.
- FREIRE, Leticia de Luna. Quando a "cidade olímpica" não é para todos: o caso da Vila Autódromo. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 74-83, jul. 2016a.
- _____. "Les Jeux Olympique pour qui?". Les actions du Comité populaire de la Coupe du monde et des Jeux Olympiques de Rio de Janeiro contre um modele urbain d'exclusion. **Problèmes d'Amérique Latine**, n. 103 (4/16), p. 95-117, 2016b.
- _____. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XVI, n. 29, p. 101-128, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- GONÇALVES, Rafael Soares; FREIRE, Leticia de Luna; BAUTES, Nicolas. Rio de Janeiro 2016 ou les travers de la ville olympique (Introduction au dossier), **Problèmes d'Amérique Latine**, n. 103, p. 7-16, 4/2016.
- GUÉDES, Simoni Lahud. El Brasil reinventado: notas sobre las manifestaciones durante la Copa de las Confederaciones. **Nueva Sociedad**, n. 248, p. 89-100, nov. /dez. 2013.
- GUSFIELD, Joseph. **La culture des problèmes publics**. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique. Paris: Economica, 2009.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, NERU, n. 39, p. 48-64, 1996.
- MAGALHÃES, Alexandre. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro**. Entre formas de controle e resistências. Curitiba: Appris, 2019.
- MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe-livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial / Carta Maior, 2013.
- MASCARENHAS, Gilmar; DIAS, Andréa Teixeira. O desafio de morar na Cidade Olímpica: segregação socioespacial e políticas habitacionais no Rio de Janeiro. In: GIGLIO, Sérgio Settani et al (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre os Jogos Olímpicos**. São Paulo: Intermeios / Fapesp, 2018, p. 61-80.
- MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geosp — Espaço e Tempo**, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016a.
- _____. (Org.). Dossiê Cidades Olímpicas. **Revista Advir**, n. 35, jul. 2016b.
- MELO, Erick Omena de. Just because of 20 cents? For a genealogy of the Brazilian 'demonstrations cup'. **International Journal of Urban Sustainable Development**, 2019.
- MÜNCH, Marcela. **Direitos humanos e a colonização do urbano**: Vila Autódromo na disputa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- OLIVEIRA, Fabrício; TANAKA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: "negociação" e resistência à remoção. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de (Orgs.). **Os megaeventos e a cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 483-512.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz (Orgs.). **Brasil**. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.
- TANAKA, Giselle et al (Orgs.). **Viva a Vila Autódromo**: o plano popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- TANAKA, Giselle; COSENTINO, Renato.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: movimentos sociais urbanos e novas articulações políticas. In: SÁNCHEZ, Fernanda et al (Orgs.). **A Copa do Mundo e as Cidades**: políticas, projetos e resistências. Niterói-RJ: Eduff / Faperj, 2014, p. 207-231.

VAINER, Carlos et al (Orgs.). **Os megaeventos e a cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

Recebido em: 09/10/2019

Aprovado em: 09/12/2019